

Ata N.º	03/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 03/2015 DE 06 DE FEVEREIRO

----- Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, e Sr. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Placas de amianto em edifícios escolares.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira questionou o Sr. Presidente sobre se foram já verificados os edifícios escolares da responsabilidade da Câmara Municipal relativamente à eventual existência de placas de amianto, nomeadamente na Escola EB1 de Vila Nova de Paiva, em que haverá um passadiço exterior de passagem de alunos para a cantina que estará coberto com placas que parecem ser de amianto. -----

----- O Sr. Presidente informou o Sr. Vereador de que a Câmara Municipal, em tempo útil, e na sequência da sensibilização sobre o assunto emanada do Ministério da Educação, verificou a situação e constatou que nas escolas e jardins-de-infância da rede pública existentes na área do Município não havia qualquer problema. Contudo em relação ao referido passadiço irá mandar verificar a situação. -----

----- **b) Ponto de situação da Biblioteca Municipal.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação da Biblioteca Municipal. -----

----- O Sr. Presidente informou que a parte de construção civil da Biblioteca Municipal está concluída, havendo somente um problema a resolver com a parte elétrica, que resulta da apreciação divergente que é feita pelo arquiteto projetista da

obra, Arq. Carlos Almeida Marques, em relação a determinada iluminação colocada pelo Adjudicatário da obra, firma VILDA, S.A.. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação dos textos definitivos das atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal dos dias 02 e 16 de janeiro**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta aprovar o texto definitivo da ata da reunião de dois de janeiro, com abstenção do Sr. Vereador João Reis Paulo, por não ter estado presente, e deliberado também por maioria absoluta aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 16 de janeiro, com abstenção do Sr. Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião.-----

----- **2 - João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo** – Por requerimento registado em dois de fevereiro do ano em curso, requer justificação de ausência à reunião ordinária do dia dois de janeiro.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a ausência do Sr. Vereador João Paulo à reunião de dois de janeiro. -----

----- O Sr. Vereador João Paulo não participou na discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da reunião e regressado após tomada de decisão.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos arruamentos I, J, K, L, M, N, O e P em Vila Nova de Paiva”** - Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 2, no valor, excluído o IVA, de € 20.873,23 (vinte mil, oitocentos e setenta e três euros e vinte e três cêntimos) – Informação N.º 03-P/15, de 06.01.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **b) Execução da Obra de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço: Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** (Processo n.º 266) – Procedimento de Concurso Público – Proposta de aprovação da minuta do contrato da empreitada. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 30 de janeiro de 2015, do seguinte teor integral:-----

Ata N.º	03/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

“Considerando que:

a) Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 19 de dezembro de 2014, foi adjudicada a empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.ª Fase – Troço Rotunda da Praia/Rotunda do Lar” (Processo n.º 266) ao concorrente classificado em primeiro lugar no procedimento de concurso público aberto para o efeito, sociedade MONTALVIA – Construtora, S.A., pelo preço contratual de € 344.712,75 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e doze euros e setenta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, no montante de € 20.682,77 (vinte mil, seiscentos e oitenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), o que totaliza € 365.395,52 (trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), para um prazo de execução de 150 (cento e cinquenta e cinco) dias, tendo-se desenvolvido os procedimentos pré-contratuais de formação do contrato através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública da acinGov, em uso na Câmara Municipal, com a Referência n.º 266.

b) Pela mesma deliberação foi autorizada a notificação da decisão de adjudicação ao adjudicatário nos termos e efeitos do n.º 1 do art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, acompanhada do Relatório Final do Júri do Procedimento, sendo também o adjudicatário notificado para, nos termos do n.º 2 do art.º 77.º do CCP, e no prazo de cinco dias úteis, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 81.º do CCP e, no prazo de dez dias úteis, prestar caução correspondente a 5% do referido preço contratual, a favor do Município de Vila Nova de Paiva, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 88.º do CCP.

c) A decisão de adjudicação foi notificada ao adjudicatário e aos demais concorrentes através da referida plataforma eletrónica, tendo em 13 de janeiro de 2015 o adjudicatário apresentado os documentos de habilitação exigidos em boa forma, e em 23 de janeiro apresentou a respetiva caução para exato e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais, no valor, por sua opção, de € 34.471,28 (trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e um euros e vinte e oito cêntimos), a favor do Município, através da Garantia Bancária n.º GAR/15300124 prestada em 22 de janeiro de 2015 pelo Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Rua Tenente Valadim, n.º 284, 4100-476 Porto, pessoa coletiva com o número 501 214 534, e correspondente a 10% do preço contratual pelo que não haverá lugar a qualquer dedução nos pagamentos parciais a processar ao adjudicatário para reforço da caução prestada.

d) Em cumprimento do n.º 1 do art.º 85.º do CCP os demais concorrentes foram notificados da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário;

e) Comprovada que está a prestação de caução, e para efeitos de celebração do contrato escrito da empreitada como resulta “a contrario sensu” da alínea d), do n.º 1, do art.º 95.º do CCP, importa proceder à aprovação da respetiva minuta do contrato da empreitada, que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar conforme previsto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP;

f) O órgão competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, dado caber-lhe a decisão de autorização de despesa em conformidade com o art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere autorizar a contratação da empreitada e aprovar a minuta do contrato da empreitada anexa à presente proposta, elaborada pelos serviços da Divisão de Administração e Finanças.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe e a minuta do contrato da empreitada. -----

----- **c) Empreitada de “Requalificação da Ex-EN 323 Vila Nova de Paiva-Alhais -** Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. - Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos normais n.º 1, no valor, excluído o IVA, de € 41.316,00 (quarenta e um mil, trezentos e dezasseis euros) – Informação N.º 11-P/15, de 29.01.2015, da Divisão de Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento após obtenção do Visto do Tribunal de Contas no contrato da empreitada.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira inquiriu o Sr. Presidente sobre a situação da disponibilidade dos terrenos para a execução da obra.-----

----- O Sr. Presidente informou que todas as parcelas necessárias de terreno para a obra têm vindo a ser negociadas a título gracioso, havendo somente uma situação pendente que envolve a oficina de reparação automóvel do Sr. Adérito, mas que poderá ser resolvida mediante permuta de terrenos com a Fábrica da Igreja de Alhais.--

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

Ata N.º	03/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **a) Grupo Desportivo e Recreativo Tourense**, de Touro – Por ofício registado em 29 de janeiro de 2015, solicitam apoio para a realização do tradicional Carnaval do Touro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, autorizar a atribuição de um subsídio no montante de setecentos e cinquenta euros.-----

----- **b) Associação “Unidos de Vila Cova à Coelheira”**, de Vila Cova à Coelheira – Por ofício registado em 29.01.2015, informam da realização do desfile de Carnaval, no dia 17 de Fevereiro de 2015, e solicitam apoio financeiro para o efeito.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente autorizar a atribuição de um subsídio no montante de setecentos e cinquenta euros.-----

----- **c) Associação “Unidos de Vila Cova à Coelheira”**, de Vila Cova à Coelheira – Por requerimento registado em 22 de dezembro de 2014, solicitam a possibilidade de cedência de transporte à associação para deslocação a Orsay, entre os dias 20 e 23 de fevereiro, para participarem no 8.º Festival das Geminações em Orsay, iniciativa da ACPUO - Association Culturelle Portugaise Les Ulis-Orsay, de Les Ulis, França, que assim contará com a participação da Escola de Samba de Vila Cova à Coelheira e artesãos/produtores locais para participarem no evento.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, após alguns esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, autorizar a disponibilização do transporte a expensas da Câmara Municipal, estimado em cerca de três mil euros.-----

----- **d) Acácio Silva Gomes, de Lamosa, Sernancelhe** – Por requerimentos registados em 2 de Maio de 2011 e 04 de fevereiro de 2015, vem expor e reclamar da ocupação de terreno com cerca de 70 m², adjacente à Fração “A” do prédio urbano com o artigo 1.778 (antigo artigo n.º 837), sito na Rua Padre José Sá Marques (Lugar das Fontes), na vila de Vila Nova de Paiva, de que é proprietário, aquando do Arranjo Urbanístico do Lugar das Fontes, levado a efeito pela Câmara Municipal no ano de 2009, mediante permuta com terreno com cerca de 50 m², sito a norte e adjacente à sua fração, ou através da reparação de danos resultantes daquela ocupação, solicitando, nesse caso, uma indemnização de três mil e quinhentos euros. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após discussão e esclarecimentos prestados sobre o assunto, constata-se que efetivamente as negociações então havidas não surtiram efeito, estando esta situação pendente de resolução, pelo que, sob proposta verbal do Sr. Presidente, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de uma indemnização no valor de dois mil e quinhentos euros.-----

----- **e) 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano financeiro de 2015** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado 02 de Janeiro, de aprovação da alteração no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **f) Junta de Freguesia de Pendilhe** – Por ofício n.º 04/2015, registado em 28.01.2015, solicitam a cedência provisória de uma sala do edifício da EB1 de Pendilhe, para arrumação do material atualmente guardado na sede da Junta de Freguesia, pertencente ao grupo dos Bombos de Pendilhe, que causa estorvo e se está a degradar com a humidade. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a cedência temporária de uma sala da referida escola, somente para providenciar a arrumação do referido material. -----

----- O Sr. Presidente informou que julga poder ser equacionável a eventual cedência de sala para sede mediante protocolo, em momento mais oportuno.-----

----- **g) Habitação Social – Rua Outeiro do Facho n.º 36, Vila Nova de Paiva – Arrendatário: Serafim Fonseca Afonso – Alteração do valor da Renda** - Informação n.º 02-SASS-15, de 15 de Janeiro de 2015, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, e atendendo à atual situação do agregado familiar, deliberado por unanimidade autorizar a redução da renda para o valor de setenta e seis euros e vinte e nove cêntimos, com efeitos a contar do presente mês de Fevereiro, pelo prazo máximo de um ano, salvo se a situação financeira do agregado familiar se alterar.-----

----- **h) Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad**, com sede no Museu Histórico de Belmonte, Centro de Estudos Judaicos Adriano Vasco Rodrigues, Rua de Portel n.º 4, Belmonte – Proposta de aprovação de Minuta de Contrato de Parceria a celebrar entre o Município e a Associação tendo em vista a intervenção de reabilitação e adaptação museológica do património sefardita no âmbito da antiga Sinagoga de Vila Cova à Coelheira. -----

----- A Associação é a Promotora do *Projeto Rotas Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais*, apresentado pela Associação e aprovado no âmbito do Programa Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural, financiado pelo European Economic Area Grants (EEA Grants), sendo Operador do Programa a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) através da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), programa esse que visa efetuar um conjunto intervenções de reabilitação e adaptação museológica do património sefardita

Ata N.º	03/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

português em 13 Municípios, entre os quais o Município de Vila Nova de Paiva, por forma a valorizar as economias locais com a criação de uma nova rota patrimonial no mapa turístico português.-----

----- O objeto da parceria envolve a recuperação da sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a criação de um centro de memória judaica, com um custo total previsto, excluído o IVA, de quarenta e sete mil e cinquenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos, tendo o financiamento máximo de quarenta mil euros, correspondente a uma taxa de 85%. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato de Parceria.-----

----- **i) Associação de Solidariedade Social Alvorada na Serra, de Pendilhe** – Por ofício registado em 04 de fevereiro de 2015, solicitam apoio financeiro no montante de cinquenta e dois mil, quatrocentos e quatro euros e quinze cêntimos, para execução dos Arranjos Exteriores da Obra do Lar e Centro de Dia de Pendilhe – “ Equipamento Social Alvorada na Serra”. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e atendendo ao interesse público para os fins sociais a que se destina, autorizado por unanimidade a comparticipação para o financiamento dos arranjos exteriores até ao montante de trinta e cinco mil euros, a pagar a partir do corrente mês de fevereiro em quatro mensalidades iguais e sucessivas. -----

----- **Período de Intervenção do Público** -----

----- Finda a análise da ordem do dia, foi aberto o período de intervenção do público, e de seguida encerrada, em virtude de não haver público presente. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

